

Ministro Luiz Fux participa de 5ª rodada de discussão da Repactuação Rio Doce

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mediou a última rodada prevista para o ano de 2021 de discussões sobre as negociações da Repactuação Rio Doce, relativas ao rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG). O encontro foi realizado em Brasília, entre os dias 13 e 16 de dezembro, sob a condução da conselheira Flávia Pessoa, do conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello e da juíza auxiliar da Presidência Trícia Navarro Xavier Cabral.

O encontro contou com a presença de representantes das empresas Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil, bem como integrantes do Poder Público, como Advocacia-Geral da União, dos governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos Ministérios Públicos da União e dos dois estados, bem como Defensorias da União e as de Minas Gerais e do Espírito Santo, acompanhadas também pelo Fórum de Prefeitos.

A rodada alongada de discussões teve início em 13 de dezembro, com debates sobre propostas relacionadas a indenizações, assessorias técnicas independentes e incentivo à economia da região atingida, ainda pendentes de avaliação.

Na manhã do dia 14, representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Fundação Palmares acompanharam a apresentação de propostas endereçadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais. À tarde, enquanto as discussões sobre cláusulas gerais de um possível acordo futuro avançavam, os participantes foram cumprimentados pelo ministro Luiz Fux, que ressaltou a importância do engajamento do poder público e do setor privado para a construção de uma solução mediada.

O dia 15 foi destinado à discussão de propostas apresentadas pelas empresas sobre medidas de compensação e reparação socioeconômicas. No último dia dos trabalhos, 16 de dezembro, coube aos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais apresentar temas sugeridos para o encaminhamento de questões socioambientais decorrentes do rompimento.

Novas reuniões da Mesa de Repactuação serão retomadas no próximo ano, dando continuidade às tratativas que se iniciaram com a Carta de Premissas publicada em 22 de junho de 2021.

A terceira audiência pública para oitiva dos atingidos pelo rompimento será realizada em 4 de fevereiro de 2022, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas no Portal do CNJ.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.